

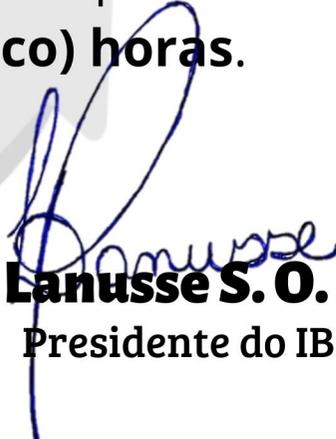
CERTIFICADO DE CONCLUSÃO

A Diretoria Acadêmica do **Instituto Brasileiro de Consultoria, Auditoria, Perícia, Projetos e Avaliações LTDA - IBCAPPA**, empresa especializada em treinamentos, qualificação profissional e gerencial, inscrita no CNPJ sob o n. 30.948.925/0001-20, confere a presente **CERTIFICAÇÃO PROFISSIONAL** a:

Rui Donizete Coelho

tendo em vista a aprovação nas avaliações do curso **FORMAÇÃO DE PERITOS JUDICIAIS: DO ZERO À ENTREGA DO LAUDO** ministrado pelo Prof. Edilson Gonçalves de Aguiais, com carga horária de **25 (vinte e cinco) horas**.

Goiânia, 25 de Outubro, 2023


Geane Lanusse S. O. Aguiais
Presidente do IBCAPPA

Certificado nº 006388



Aluno(a): Rui Donizete Coelho

Certificado emitido em: 25 de Outubro, 2023

CPF:

Curso ministrado por: Edilson Gonçalves de Aguiais, Me.

Carga horária: 25h

Conteúdo Programático:

O curso foi dividido em 10 módulos abaixo segue o conteúdo programático de cada módulo.

MÓDULO 01 - Quem pode ser perito judicial?

MÓDULO 02 - O que faz o perito judicial?

MÓDULO 03 - Quanto ganha e como começar?

MÓDULO 04 - O que fazer quando chegar a nomeação?

MÓDULO 05 - Como responder à impugnação da nomeação?

MÓDULO 06 - Como elaborar a proposta de honorários?

MÓDULO 07 - O que fazer quando for impugnado nos honorários?

MÓDULO 08 - A comunicação com os ATS e as diligências.

MÓDULO 09 - Como fazer o laudo técnico pericial?

MÓDULO 10 - Como responder à impugnação ao laudo técnico?

Informações Legais:

Este curso é classificado como Livre, oferecido de acordo com a Deliberação CEE 14/97 (indicação CEE 14/97), Decreto n. 51.54/2004 e Lei n. 9.394/1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional e mostra que os Cursos Livres passaram a integrar a Educação Profissional, que é modalidade de educação não-formal de duração variável, destinada a proporcionar ao trabalhador conhecimentos que lhe permitam profissionalizar-se, qualificar-se e atualizar-se para o trabalho. Este não é um certificado técnico-profissionalizante ou de graduação e não dá direito ao aluno de utilizá-lo de forma contrária às leis em vigor.